

Equipa Cidadania & Sociedade do Conhecimento
Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa
(CFCUL)

Cidadania & Sociedade do Conhecimento

Por um Novo Contrato Social

(Estado da Arte do Projecto C&SC)

Livro III

Abstracts, Anexos e Adendas aos Livros I e II

*Maria Alfreda Cruz
Maria Tereza Ventura*

Lisboa, 28 de Maio de 2008

Nota Prévia

Esta publicação informal emerge do registo documental do Argumentário do Projecto Cidadania & Sociedade do Conhecimento em processo de inserção na página que a ele se reporta no site institucional do CFCUL.

Abrange dois livros de autorias distintas.

O primeiro Livro, assinado por Maria Alfreda Cruz, Coordenadora do Projecto, é constituído pelo conjunto de comunicações constitutivas da ontologia do tema que a autora tem vindo a configurar e a discutir desde 2002 nos *agoras* interessados pelas dimensões do Conhecimento implicadas na relação deste com a Cidadania, sendo esta entendida simultaneamente como direito individual e como bem público assente na relação autosustentável com a Coesão e com o Capital Social. A tese, os princípios e os conceitos mobilizados no Projecto apontam para que a sustentabilidade de uma tal relação passa por *praxis* assumidas quer no âmbito das comunidades territoriais de proximidade quer nas emergentes da sua desterritorialização por via da *net*. Daí que a abertura de um *site* em território de incubação de uma experiência piloto deste projecto se constitua em regime de observatório *web* de contornos laboratoriais, susceptível de produzir resultados a ponderar e a avaliar nos registos de conhecimento explícito e tácito, assumidos pelas comunidades envolvidas, entre as quais a de origem do Projecto

O segundo Livro, assinado por Maria Tereza Ventura, Doutoranda em Didáctica e Organização das Instituições Educativas é constituído pelos documentos fundadores de um Programa de Mediação destinado a tornar experimentalmente inclusiva uma Cidadania Activa que se configure como direito tendencialmente universal e por isso se proponha pugnar pela equação de *praxis* e de metodologias que em registo *blending* o permitam e o incentivem em registo de *longlife training* facultado pelo sistema público de governação do país, com mediação autárquica.

A articulação entre os desideratos de ambos no Livros, no território *web* passa pelo Portal em fase de Protótipo cuja estrutura e manual de acesso às páginas em que a metodologia se suporta conduz ao conjunto das Adendas comuns a ambos os no âmbito da presente versão e-book.

Cidadania & Sociedade do Conhecimento

Por um Novo Contrato Social

Índice

Nota Prévia

Livro I - Do Princípio da realidade ao princípio da Possibilidade

por Maria Alfreda Cruz

Parte I - Etapas de construção do Argumentário do Tema

Capítulos extraídos das Comunicações apresentadas com os mesmos títulos aos Congressos do Centro Latino-americano para o Desenvolvimento sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública entre 2002 e 2007 (reunidos sucessivamente em Lisboa/2002, Madrid/2004, Santiago do Chile/2005, Guatemala/2006 e São Domingos/2007)

Capítulo I - O Direito à Cidadania na Sociedade do Conhecimento

Capítulo II - A Cidadania na Estratégia de Desenvolvimento do Capital Social

Capítulo III - Perfil da Política Pública de promoção da Cidadania Activa e Inclusiva

Capítulo IV - Vectores de Operacionalização da Cidadania Activa e Inclusiva

Capítulo V - Uma Cidadania de Perfil Social

Parte II - Ângulos de apresentação do Tema a discussão académica

Capítulos extraídos das Comunicações apresentadas - ao Congresso Internacional da Cibersociedade (promovido pelo Observatório da Cibersociedade - com decurso online de Novembro a Dezembro de 2006, Barcelona, Espanha) e ao Colóquio Vivre na Europa- Filosofia, Ciência e Política Hoje, Lisboa, IFP 29 31. 10.07, promovido pelo Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa com a Embaixada de França, Lisboa, Portugal)

Capítulo I - Capital Social e Cidadania na Sociedade do Conhecimento

Capítulo II - Por um Novo Contrato Social: Uma perspectiva de inclusão social para as comunidades

Livro II - Do Reconhecimento ao Conhecimento. O caminho: aprender sempre

Por Maria Tereza Ventura

Capítulo I - Sistemas de informação e estratégias organizacionais: o impacto das redes (extraído de *Sistemas de Informação Organizacionais*, Edições Sílabo, Lisboa, 2005).

Capítulo II Investigação-Ação em Formação Contínua. Formação de Mediadores de Trabalho Colaborativo (extraído de *Formação de Mediadores de Trabalho Colaborativo - uma proposta para reconversão de Secretária(o)s* -Edições da Universidade Moderna, 2007.

Capítulo III -Formação de Mediadores de Trabalho Colaborativo na Sociedade do Conhecimento - Constituição da Equipa Local do Projecto C&SC, CFCUL, 2008

Livro III - Abstracts, Anexos e Adendas aos Livros I e II

Por Maria Alfreda Cruz e Maria Tereza Ventura

Abstract 1 - *Towards the Social Contract underlying the Knowledge Society*

Abstract 2 - *Towards an Approach of the Concepts*

Abstract 3 - *Colaborative training. Mediator Skills for Knowledge Society*

Anexos - Feedback Básico Emergente dos Documentos do Portefólio de base da Parceria do CFCUL com a Câmara Municipal de Montijo

Anexo 1 - O cenário RECCRIA_PROMOVE_RESISTE (GUIÃO)

Anexo 2 - *Framework* da Política Pública de Articulação da Cidadania à Sociedade do Conhecimento

Anexo 3 - Referenciais do Portal de Cidadania Social

Anexo 4 - Modelo de Interacção de valências dum sítio de cidadania

Anexo 5 - As políticas públicas e sociais na articulação dos tipos de capitais investidos no Desenvolvimento Integral.

Anexo 6 - Manual das páginas de abertura do Observatório do Cidadão

Anexo 7 - Projecto de Constituição de uma Bolsa Autárquica de Recursos de Mediação

Adendas - Dimensões avaliativas

A - CLAD

B - Observatório da Cibersociedade

Equipa Cidadania & Sociedade do Conhecimento
Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa
(CFCUL)

Livro III

Abstracts, Anexos e Adendas aos Livros I e II

Maria Alfreda Cruz
Maria Tereza Ventura

Lisboa, 28 de Maio de 2008

Índice:

Livro III - Abstracts, Anexos e Adendas aos Livros I e II

Por Maria Alfreda Cruz e Maria Tereza Ventura

Abstract 1 – *Towards the Social Contract underlying the Knowledge Society*

Abstract 2 – *Towards an Approach of the Concepts*

Abstract 3 – *Colaborative training. Mediator Skills for Knowledge Society*

Anexos – Feedback Básico Emergente dos Documentos do Portefólio de base da Parceria do CFCUL com a Câmara Municipal de Montijo

Anexo 1 - O cenário RECCRIA_PROMOVE_RESISTE (GUIÃO)

Anexo 2 - *Framework* da Política Pública de Articulação da Cidadania à Sociedade do Conhecimento

Anexo 3 - Referenciais do Portal de Cidadania Social

Anexo 4 - Modelo de Interacção de valências dum sítio de cidadania

Anexo 5 - As políticas públicas e sociais na articulação dos tipos de capitais investidos no Desenvolvimento Integral.

Anexo 6 – Manual das páginas de abertura do Observatório do Cidadão

Anexo 7 - Projecto de Constituição de uma Bolsa Autárquica de Recursos de Mediação

Adendas – Dimensões avaliativas

A - CLAD

B - Observatório da Cibersociedade

Abstract 1

Towards the Social Contract underlying the Knowledge
Society

Social Capital & Citizenship

1. Purpose

- Assure the uprising of a **culture of citizenship** – extensive, active and inclusive – appealing to the Portuguese State's initiative and creativity for the equation of non formal settings of promotion of Human Rights and of a Culture of Peace.

2. Objectives for those who accede the network

- 2.1. Relational
- 2.2. Promotion of self-development

3. Strategy of Project's conception

- Creation of a **site prototype**, which constitutes itself as “laboratory” of **action-research**, while strategy of articulation of epistemological, political and methodological axes of the Project, in the situation which will become **specified** as case study.

4. Citizen's Observatory

- The omega point of such strategy consists of the autonomous development of a **citizen's observatory in each of the sites** where the referred practices are developed, being its management placed in the hands of the collective of citizens and in the mediation and animation of the human resources invested in the creation and framing of the data bases bearing it.

5. Function of the Prototype

- The prototype therefore renders the approach between the **problematics** of territory and of administration, in the sense of **public service network distributed**, which requires the creation of tools appropriate to the goals of adhesion and to the adopted missions.

6. Partnerships

- The construction of the referred tools will resort to the operationalization of effective partnerships which will work connected for the concretion of the mentioned goals (2) and of the aimed purpose (1).

7. Learning Community

- The communitarian practice aims at short, medium and long term goals, depending the last on the interaction with the political context in which the referred Society is produced and developed. Among others, there is in this case the goal to oppose democracy to violence, in the poliarchic dimension and in the dimension of the country's domestic policy

8. Citizenship's Observatory

- To elect a neutral political ground that, assuring access to all the political forces of the formal spectrum of representative democracy – that is to say of the direct responsibility of the Parliament, where general and ideological questions are debated, confronted and where they interact, producing the systemic environment of the country's governance.

9. For an International Plan of Human Rights

Connect, in practical terms, the dimension of civic and political rights to the one of economical, social and cultural rights, inherent to international agreements defended by the United Nations.

Abstract 2

Towards an Approach of the Concepts

Towards an approach of the concepts Citizenship & Knowledge Society

Keywords: Citizen, Citizenship, Social Capital, Social Contract, Communication; Knowledge; Hypertext; Information; Internet; Networks; Systems; Knowledge Society

- The starting point of this Project is that before inclusion of Citizenship Culture in Teacher Education Programmes, we need to promote practices concentrated in a strategy of long life education/formation into the societies and theirs communities.

This includes:

- **I: A formative dimension** to a practicable apprenticeship method based on a paradigm of educational sociability that can refer to the **cognitive citizenship concept** and his exploration by the action-investigation potentialities;
- **II: A process of participation through collective and innovative actions toward the people** qualifies to the active citizenship.
- **III: The establishment of a society framework that encourages**
- **the creation of connections among diverse institutions and organizations,**
- **focused on the concept of cognitive citizenship and the concept of long life apprenticing culture**

Pursuit of the communities' social development goals

- This Project is intended to step their challenges in and out of the educational system.
- So it aims identify linkages to be built and strengthened in the educational system and also up and downstream with the surrounding communities in which Technologic and Educational Information systems will operate.
- The governance challenge is then to achieve the appropriate balance between the governmental steering and institutional autonomy

Their challenges imply

- 1. Changing Processes with regard to the emergence of Knowledge Society
 - Science Policies and of long life Executive Directors Formation
 - Citizenship and social capital promotion systems
- 2. Definition of Public Service Policies in a poliarchic perspective
 - Integrated Territory Planning
 - Citizenship and Social Rights promotion policies
 - Environmental Education for Sustainable Development

.*Than*

- “Organizations’ surviving and development are going together with auto-regulation capabilities, these ones supported by understanding of environmental changes and proactive relationship with stakeholders.
- Reading the situation, just in time, needs to access, process, transform, and understand information inputs in order to integrate results in strategic options for organization governance. The answer needs also a fluent communication of new information to clients and partners.
- The *Project* deals with the impact of networking, namely *Internet*, on communication processes. A so broad impact that personal, organizational and social life are transformed, and new relationship patterns are promoted – in the new knowledge society.
- Based on a case study the organization’s transformation process is presented, focusing networking (and *Internet*) impact on information and communication system’s architecture

Renewal of Portuguese Public Administration

- The application of Lisbon Strategy appears as the broad context to support renewal of Portuguese Public Administration, which needs urgent working force qualification, towards his integration in knowledge society.
- New profile design supports new market needs, as collaborative creation and diffusion of knowledge is difficult, namely in networking and distance context. And most impressive lines of secretaries' profile – *one of the potential excedentary profiles where legally will be included, since 2006, large amount of Portuguese public servants*
- – presents these people as good candidates to be reconverted as Mediators of Collaborative Work).
- So, a research-action pilot project to evaluate the opportunity of training of new Mediators of Collaborative Work is justified

Theoretic framework of interactive processes of knowledge conversion

The *main Project* develops

- . Theories of organizational climates and organizations as social forms adaptable, with motion and communication as (Argyle & Axelrod cooperation theory, Vigotzky socio-cultural theory the *main Project*
- . Concepts of information ecology
- A pilot project, with an extensive presentation of starting profile of the training referential for Mediators of Collaborative Work, training methodology and evaluation system for training course and training referential

Task 1- Definition and Testing of the Computer Platform

Starting point: Knowledge and Social Sciences and Humanities in Europe and in the World

- **input: Summary + state of art**

.

Phases

- 1.1. Team Organisation and analysis of the informational system
- 1.2. Coordination of the Platform provider: on line placement and tests
- 1. 3. Structuring of the contents' system of the Exploratory.

- Components:
- Data and knowledges bank
- Observatory of the Citizen promoted by Human Resources adequate to the identification of the profile, life's trajectories and interests of the Project's target-groups.
- Procedures of information screening for dynamic virtual filing, structured according to four epistemic quadrants (C&KS; E&D, S&T, E&E) in the fields of explicit knowledge and of tacit knowledge.

PHASE 1.1. Team Organisation and analysis of the informational system

- To structure knowledge through the integration of research capabilities *it's necessary* programs and activities connected to daily life observation with a strong multidisciplinary inherent to its approach and it does not abstract from a long term perspective of its coordinates:
 - emergent Knowledge and Social Sciences and Humanities in Europe and in the World, educational changes vacationed for the Learning Society and systems of links between Education and Science,
 - intergenerational heritage, risk prevention policies, socio-economical development models, citizenship and civic values,
 - -sustainability resorting to initiatives framed in the production of objective knowledge
- All of this implies a solid core of cultural changes aiming at responsibility, in the state, corporate and social fields, the consistent guarantee of human rights and the active civic participation in the *res publica* which implies a functional efficiency of their networks.

Phase 1.2. Coordination of the Platform provider: on line placement and tests

Starting point: The knowledge which empowers people

Input: state of art

Ouput: Phase II (2^o Semester 2008 tape 1)

The analysis of the informational system to the online placement and to the exploratory tests implies:

- 1. Analysis of the system (set of the study menus of the processes involved in each item of the menu, graphic design, meetings)
- 2. Installation and configuration of base platform.
- **A)** Creation of the menu structure.
- **B)** Creation of the global graphics of the platform.
- **C)** Installation of the forum, of the chat and of the components and modules necessary for the development of the Portal.
- **D)** Placement of contents.
- 3. Creation of Users with different update and administration skills of the portal.
- 4. Online placement and testing phase.

Phase 1. 3. Structuring of the contents' system of the Exploratory

Starting point: One Social Contract or a plurality of Social Contracts?

Input: state of art + collaboration protocol with institutional partners

Output: Task 1 phase 4 +Task 2 phase 2

- The scenario inherent the state of art is also fully present in the whole web territory, where its appeal is becoming universal. The advance in all arts and sciences, besides in the technologic sphere, indeed the sum of human knowledge, is the result of the open sharing of ideas, theories, studies and research, toward a worldwide community, getting together to build something awesome, regardless of distance, language, and culture. Open communication enables learning, which leads to knowledge which empowers people
- Brainstorming of clues toward the identification of consensus core to consolidate and improve related to several components
- Exploration and testing of existing and correlated K knowledge data bases. Project Knowledge base definition.
- Qualitative research with software support (state-of-the-art data analysis and qualitative research of messages in forum, chat and e-mail.)

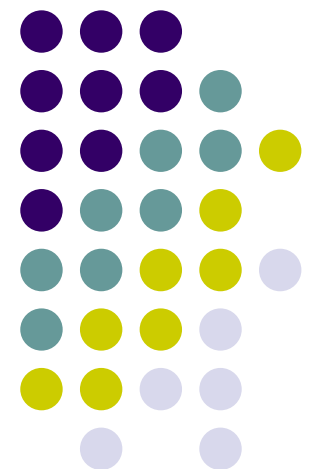
Abstract 3

**Colaborative training. Mediator Skills for Knowledge
Society**

Colaborative training

Mediator Skills for Knowledge Society

Tereza Ventura
January 2008





A lack of change...

- To decrease public deficit, to promote public administration reform, to promote qualification and employment, all these are well established national aims!
- Electronic Government?
- Network based relationship between administration, citizens and organizations?
- Qualification?
- Requalification?
- For what people...?
- Doing what...?



Focused training...

- **New professional profiles** and competencies for information professionals and **knowledge** workers
- Requalification for new competency referentials
- New jobs in the interfaces between Public Administration, Citizens and Business
- Do these measures contribute to promote mobility and “thickness” of Public Administration?
- Are them able to promote a social dynamic of creation and taking advantage of new opportunities?



The needs for...

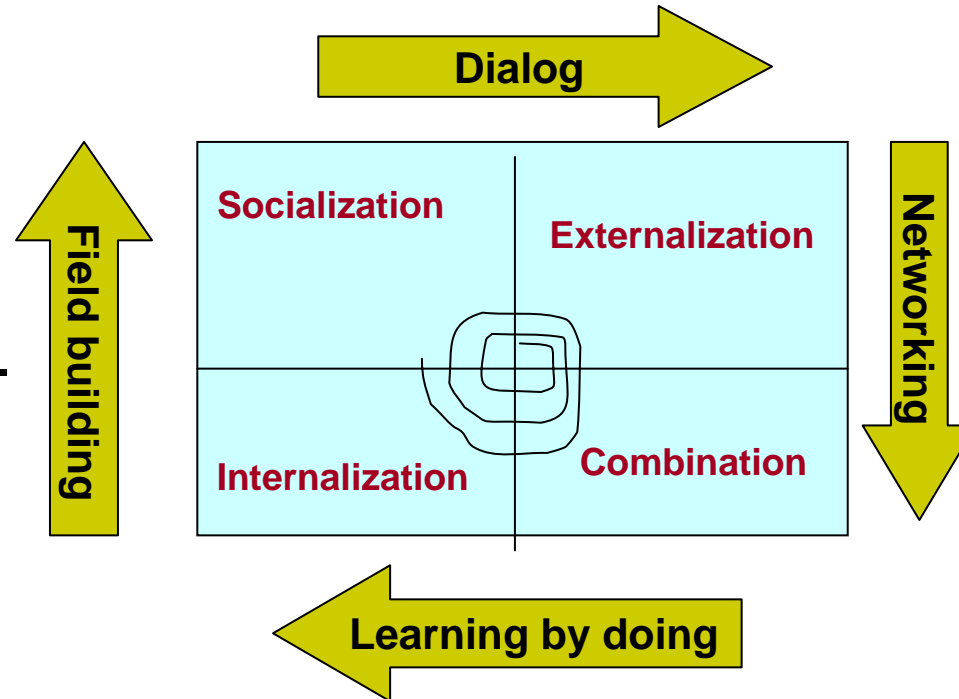
- Difficulties in knowledge exchange and in collaborative innovative production, namely in globalized environment
- ICTs are essential but not enough to ensure wide development of knowledge-based society
- The dynamization of a **Network of Knowledge Resources Centers**, implies a strong investment on education and self development programmes focused on acquisition, by economic agents, of **new capacities to use and reinforce knowledge resources**



Collaborative work and knowledge...

How to do...

- An action-research project...



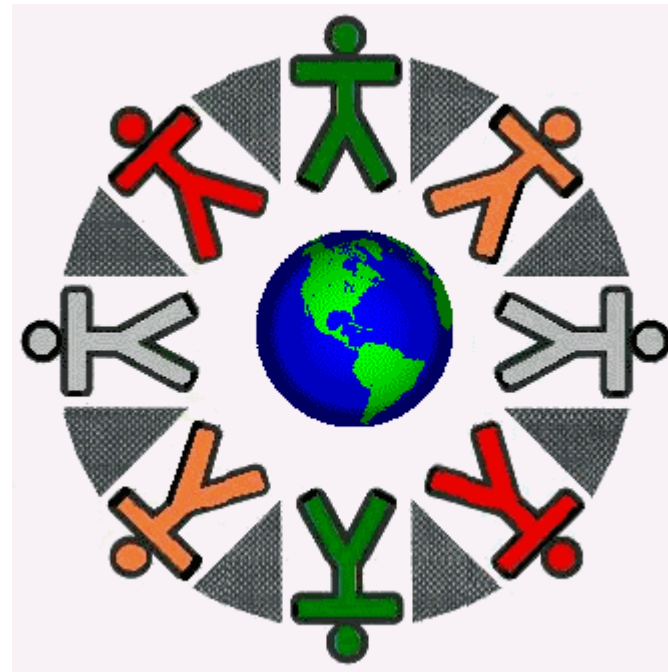
Knowledge conversion cycle - Nonaka e Takeuchi (1995)



The entrance profile...

An impressive example...

- Secretaries and administrative assistants...





From the entrance profile...

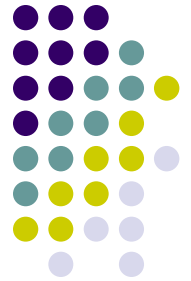
A **training programme** to enhance their

- communication and social relationship skills
- adaptability to new situations
- Innovative spirit and practical sense skills
- informatic knowledge and ICT' proficiency

can **prepare these workers**

- to assume new jobs as knowledge workers
- as collaborative mediators in a network based environment
- to promote the reinforcement of organization and social memory.

Collaborative training for collaborative work...



How to do...

- An action-research project...

- How to promote, dynamize, support, catalyse the interactions?
- Who can do it?
- How to take advantage of strong differentiation between organizational climates?
- What is the degree of perception of secretaries about differences between *Team, Community and Support to Process Models* as organization forms to disseminate and produce knowledge?

Collaborative training for collaborative work...



How to do the best and how to disseminate the best practices?...

- An action-research project whose aims are to concept, construct, dynamize and evaluate... tools and practices
 - A Community of Practice for Knowledge Mediators!

**PORTEFÓLIO INTEGRADO NO PROTOCOLO CFCUL
/CMM inserindo os anexos correspondentes**

PORTEFÓLIO
INTEGRADO NO PROTOCOLO
CFCUL /CMM

Anexo 1 - O CENÁRIO RECCRIA_PROMOVE_RESISTE (GUIÃO)

Anexo 2 - **Framework da Política Pública de Articulação da Cidadania à Sociedade do Conhecimento**

Anexo 3 - **Referenciais do Portal de Cidadania Social**

ANEXO 4 - **Modelo de interacção de valências dum Sítio de**

ANEXO 5.- **As políticas públicas e sociais na articulação dos tipos de capitais investidos no Desenvolvimento Integral.**

Anexo 1

O CENÁRIO RECCRIA_PROMOVE_RESISTE (GUIÃO)

I

Situar o sítio no contexto da metapólis

1. Do local ao glocal : o elo do local à metapólis

1.1. Objectivo Central: garantir acesso ao conhecimento e aos processos de formação de opinião e de habilitação à tomada de decisão informada e pertinente :

- gerar oportunidades de acesso do indivíduo aos grupos latentes de cidadania activa;
- “ensinar a pescar” e disponibilizar os “instrumentos de pesca”.

1.2. O sítio de cidadania como infraestrutura polarizadora de vivência comunitária:

- na resistência à desterritorialização, enquanto modo de descaracterização das identidades fundadas nas práticas sociais do habitat ;
- na emergência da conscientização glocal dos problemas;
- nas práticas de produção do conhecimento problematizador das situações observadas e experienciadas nos quadros de referência de pesquisa/acção.

2. A cidadania enquanto infraestrutura social da pólis

2.1. A territorialização das políticas públicas

2.2. Da pólis aos pólis (operações de urbanização): processos e formas de participação inclusiva

II

Conexão de redes de “procura” vs. “oferta” de serviços de apoio à Cidadania

1 Do lado da promoção da procura:

1.1. Defender uma decisão parlamentar no sentido de criar o *Observatório da Cidadania*, como recurso político de abertura á promoção da cidadania activa e inclusiva na sociedade portuguesa nas dimensões:

RECCRIA - Redes de Cidadania Criadoras de Inclusão Activa

(enquanto processo de resistência à exclusão social nos vários domínios da sua incidência)

PROMOVE - Promoção de projectos mobilizadores de Vida Educativa

(enquanto processo de desenvolvimento contínuo de capacidades e de competências)

RESISTE - Redes de acesso ao Sistema de Trabalho/Emprego.

(enquanto processo mobilizador de empreendedorismo e de actividades laborais, certificáveis pelo sistema público de formação

1.2. Estimular a implementação voluntária de sítios locais de habilitação para a cidadania, articuláveis em redes interactivas, nas dimensões acima referidas.

2. Do lado da oferta:

2.1. Garantir a gestão das oportunidades da cidadania social emergentes dos dispositivos legais e políticos existentes e exigíveis no quadro de funcionamento do serviço público:

2.1.1. ao nível das funções e competências do Estado Central, reponsabilizado pela AR;

2.1.2.ao nível das redes sociais potenciadas pelas comunidades e pelos cidadãos junto das Autarquias locais e dos serviços desconcentrados do Estado.

3. Implementação dos Observatórios dos cidadãos, ao nível dos sítios locais e do Observatório da Cidadania, enquanto sistema integrador das redes de sítios providos de observatórios em funcionamento

3.1. Facultar como norte às experiências locais um mod(el)o de inter-acção das dimensões RECCRIA_PROMOVE_RESISTE; aberto à utilização e desenvolvimento da informação pelos cidadãos no âmbito da prossecução dos seus próprios projectos e às escalas de proximidade adequada à gestão do seu quotidiano

3.2 Difundir junto dos sítios de cidadania social as regras de jogo do mod(el)o de cooperação interinstitucional nas dimensões nucleares:

3.2.1. investimento do Aparelho de Estado em recursos humanos, técnicos e tecnológicos adequados ao provimento das redes de sítios de cidadania;

3.2.2.receptividade aos movimentos sociais na perspectiva da democracia accionada pelos vários pólos de formação da decisão;

3.2.3.fomento da educação como estratégia de vida segundo a qual a escola formal seja assumida como caso particular do acesso aos modos de aquisição de conhecimento, sendo este tendencialmente distribuído pelo conjunto de práticas de socialização educacional, assumidas pela cidadania.

Framework da Política Pública de Articulação da Cidadania à Sociedade do Conhecimento

1. Finalidade

•Assegurar emergência de uma **cultura de cidadania** - extensiva, activa e inclusiva – apelando à iniciativa e criatividade do Estado Português para a equação de cenários não formais de promoção dos Direitos Humanos e de uma Cultura da Paz

2. Objectivos de quem aceda à rede

2.1. Relacionais

2.2. Promoção do autodesenvolvimento

3. Estratégia de concepção do Projecto do sítio

•Criação dum **protótipo de sítio**, que se constitua como “laboratório” de **investigação-acção**, enquanto estratégia de articulação dos eixos epistemológico, político e metodológico do projecto, na **situação** que vier a ser **especificada** como estudo de caso das praxis pertinentes à finalidade e aos objectivos do Projecto.

4. Observatório do Cidadão

•O ponto ómega de uma tal estratégia consiste na criação e no desenvolvimento autónomo de um **observatório do cidadão em cada um dos sítios** em que se territorializa o desenvolvimento das praxis referidas (3), cabendo a gestão da plataforma que venha a ser criada em registo de I&DT ao colectivo dos cidadãos implicados na sua utilização interactiva com a equipa de mediação e de animação dos recursos humanos investidos na criação e no enquadramento da base de dados emergente dos referidos procedimentos .

5. Função do Protótipo

•O protótipo concretiza assim a aproximação da cidadania às **problemáticas do território** e da **administração**, na lógica do **serviço público distribuído em rede**, o que implica a necessidade de criar ferramentas apropriadas aos objectivos de adesão e às missões assumidas, submetendo-se a sua utilização a teste de adaptabilidade ao universo de situações que venham a incluir-se na referida rede .

6. Partenariados

•A construção das referidas ferramentas recorrerá à operacionalização de partenariados eficazes que trabalhem em rede para a consecução dos objectivos enunciados (2) e da finalidade visada (1).

7. Comunidade Aprendente

• A prática comunitária visa objectivos de curto, médio e longo prazo, dependendo estes últimos da inter-acção com o contexto político em que a referida Sociedade se produz e desenvolve. Estará neste caso, entre outros, o objectivo de *opor a democracia à violência*, quer na dimensão poliárquica, quer na de política interna ao país.

8. Observatório da Cidadania• A confluência dos *outputs* de utilização dos observatórios do cidadãos, distribuídos em rede pelo território do país, implica a criação de um folder de destino aberto à ponderação dos seus registos. Para isso, é indispensável eleger um território político neutral, que -garantindo acesso a todas as forças políticas do espectro formal da democracia representativa – seja da responsabilidade directa do Parlamento, onde as questões gerais e ideológicas se debatem, confrontam e interagem, produzindo o ambiente sistémico da governação do país.

9. Para um Plano Internacional dos Direitos Humanos

• Conectar, em termos práticos, a dimensão dos direitos civis e políticos à dos direitos económicos, sociais e culturais, inerentes a pactos internacionais defendidos pelas instâncias internacionais que superintendem nas referidas problemáticas

10. Detalhe explicitador das rubricas enunciadas

10.1.Finalidade

Assegurar emergência de uma cultura de cidadania - extensiva, activa e inclusiva

1.1. Criando **políticas públicas** destinadas a apoiar o sujeito em todas as etapas da vida, conduzindo-os a saberem optar entre as alternativas que se lhes vão colocando no quotidiano, na base da compreensão dos assuntos que se lhes reportam

1.2. Fundando um **serviço público** que garanta os recursos adequados para banalizar o controle das agendas que decidem dos destinos colectivos e os modos de acesso a fontes fundamentadoras das alternativas de decisão em presença

10.2. Objectivos de quem aceda à rede

Assegurar emergência de uma cultura de cidadania - extensiva, activa e inclusiva –

1.1. Criando **políticas públicas** destinadas a apoiar o sujeito em todas as etapas da vida conduzindo-o a saber optar entre as alternativas que se lhes vão colocando no quotidiano; na base da compreensão dos assuntos que se lhes reportam

1.2. Fundando um **serviço público** que garanta os recursos adequados para banalizar:

1.2.1. •o controle das agendas que decidem dos destinos colectivos

1.2.2. •os modos de acesso a fontes fundamentadoras das alternativas de decisão em presença

10.2. Objectivos de quem aceda à rede

2.1. Relacionais

••Aprender a optar entre democracia e violência como modo de relação com os outros
•2.1.2. Aprender a monitorizar a adesão de outros indivíduos ao projecto do sítio e à rede da sua interactividade com a distribuição dos outros no “território web”

2.2. Promoção do autodesenvolvimento

2.2.1. •Alargar competências cognitivas ao longo de toda a vida •

2.2.2. Aprender a mover-se nos circuitos de captação, produção e divulgação de informação referente aos assuntos em processo de ponderação

10.3. Estratégia de concepção do Projecto

3.1. Mobilização de estratégias de formação

- adequadas ao provimento da arquitectura do sistema de informação e comunicação implícita à observação controlada dos processos que venham a ser territorializados nos *sítios de cidadania*

3.1.2. adequadas à habilitação pessoal para o exercício da cidadania social

3.2. Recursos humanos nucleares

- Investigadores I&D
- Mediadores e Animadores Culturais
- Efectivos da Administração Pública habilitados e requalificados no quadro dos pressupostos da Sociedade do Conhecimento

10.4. Observatório do Cidadão

4.1. Natureza

4.1.1. Plataforma informática

Sistema integrado de Informação suportado pela agenda dos interesses assumidos pelo sítio com investimento no **follow-up dos correspondentes percursos** bem como nas dimensões do **desenvolvimento integrado** e nos **estudos de impacto ambiental**

4.2. Missões

- 4.2.1. acultar a **observação controlada** das situações, práticas e processos sobre os quais recaiam os interesses manifestados

- 4.2.2. habilitar os indivíduos para a livre **participação na decisão**, em sede de exercício do conhecimento objectivo e de controle de agendas políticas

10.5. Função do Protótipo

5.1. Desenvolvimento de práticas de investigação –acção

- 5.1.1. Com suporte em processos de *animação cultural* e nas redes de intersubjectividade em presença

- 5.1.2. Construção de conhecimentos implicados na problematização das situações, equação das necessidades e ponderação de soluções alternativas

.Construção do *papel de mediação*

5.2. Construção de ferramentas tecnológicas

- 5.2.1. **Arquitectura de sistemas** de informação e de comunicação adequados à criação do Observatório do Cidadão

- 5.2.2 Criação do Portal baseado na framework de suporte à consecução da estratégia metodológica do Projecto integrado de inovação que se assuma como tal

10.6. Comunidade Aprendente

6.1. Perfil

- 6.1.1. •Modo de formação inter-activa centrada na *iniciativa* do pólo da aprendizagem

- 6.1.2. Contextualização das praxis de aprendizagem num clima de democraticidade lúdica e de fomento do acesso aos recursos da Sociedade do Conhecimento

6.2. Tipologia de Investimento

•6.2.1. •Garantia de prossecução dos objectivos de curto, médio e longo prazo da comunidade em presença

•

•6.2.2. Autoconstrução da cidadania implicada na progressiva transformação da postura anómica do *indivíduo*, na do *cidadão* implicado nos objectivos da referida comunidade.

10.7. Partenariados

7.1. Perfil

Redes sociais que envolvam em cada sítio da rede física e virtual (Sítio) o conjunto de actores institucionais implicados nas temáticas identificadas: Associações Cooperativas Mutualidades, Ong's, Instituições e Agentes do sistema de ensino/ formação, Autarquias e Serviços públicos ...

7.2. Função

•Facultar os circuitos de comunicação e de informação implícitos à observação epistemologicamente controlada das situações, práticas e processos sobre os quais recaiam os interesses manifestados pelo Sítio

• Garantir abertura à participação emergente desde a discussão dos objectivos ao processo da correspondente prossecução

10.8. Observatório da Cidadania

8.1. Função

•Integrar em BD os resultados disponibilizados pela iniciativa dos observatórios dos cidadãos ao Sítio de destino comum.

•8.1.2. Permitir o livre acesso dos grupos parlamentares à informação, ponderação e criação de comunicação e de informação de retorno

8.2. Abertura

•Aos pólos da governação e administração pública na lógica da administração *on line* (*e-government*)

•

8.2.2. •Potenciar nesse quadro o método aberto equacionado na “Estratégia de Lisboa”

10.9. Para um Plano Internacional De Direitos Humanos

9.1. Equacionar uma dinâmica de coesão interna

•9.1.1. •Ponderar através da observação das práticas comunitárias, o modo como a Sociedade se produz e desenvolve.

•9.1.2. Identificar objectivos de coesão na articulação da dimensão poliárquica à do país.

•

9.2. Globalização de medidas significativas

Anexo 3

Referenciais do Portal de Cidadania Social

Página Inicial

Acerca do website

Este website está construído enquanto conjunto de páginas, no qual cada uma constitui antecâmara de outras cujo desenvolvimento se fará à medida da implementação do projecto de investigação que lhe subjaz.

Na presente página, remetemos para os objectivos de quem pretenda aceder ao tema da cidadania social e ao referido projecto de a configurar enquanto activa e inclusiva. Os objectivos são tão diferenciados quantos os segmentos do público web interessado em percorrer os caminhos propostos. Assim, na situação geral, pretender-se-á informação sobre os conteúdos das páginas, na senda da articulação a sites temáticos afins. Noutros casos, porém, pretender-se-á também seguir o percurso da sua exploração e noutros ainda que este sirva o envolvimento do pesquisador nos meios de prosseguir os objectivos, quer do lado da aposta na cidadania, enquanto bem público, quer do lado da sua procura, enquanto projecto de vida.

Acerca da política pública e da cidadania social

Na presente página remete-se o acervo de documentos da página introdutória para a identificação do universo das políticas públicas e sociais indispensáveis à emergência do desenvolvimento sustentável e ao empowerment.

A generalização do empowerment recorre necessariamente ao investimento em capital social por parte das políticas públicas e sociais, situando-se as autarquias locais no estímulo motivador da sua articulação. Mas o modo de produção da cidadania activa inclusiva é o do investimento na aprendizagem ao longo da vida, em formato adequado à sua banalização no território e ao recurso à investigação-acção, enquanto enquadramento de praxis.

O Sítio e a Rede de Cidadania

Acerca do sítio e da rede de base territorial

Na presente página remete-se o acervo de documentos da página antecedente para enquadramento do modelo e do modo de funcionamento dum sítio de cidadania social, enquanto promotor de empowerment e de inclusão social.

Com as valências da capacitação para as práticas de participação autonómica na decisão, de promoção da educação/formação ao longo da vida e de habilitação para a empregabilidade, cada sítio integrará a rede territorial de existências que o projecto for capaz de estimular nestas três dimensões junto das entidades com vocação promotora.

Observatório local do cidadão

Acerca do observatório local do cidadão

Na presente página identificam-se os fundamentos do instrumento fundamental do empowerment: o observatório do cidadão, construído na interação deste último com todo o acervo de informação reunido pela equipa do sítio. A esta compete centrar a prática do sítio na informação reunida, produzida e canalizada para o observatório, no decurso da actividade de formação, mediação e animação sociocultural e expressiva dos utentes. A cada um destes compete valorizar, em tal enquadramento, as dimensões significativas das bases de dados e de conhecimento para o desenvolvimento do seu próprio know-how.

A relevância do sítio dependerá da qualidade das interações produzidas, das competências reunidas e da capacidade de iniciativa que ele for capaz de polarizar, quer nas relações internas quer com a rede.

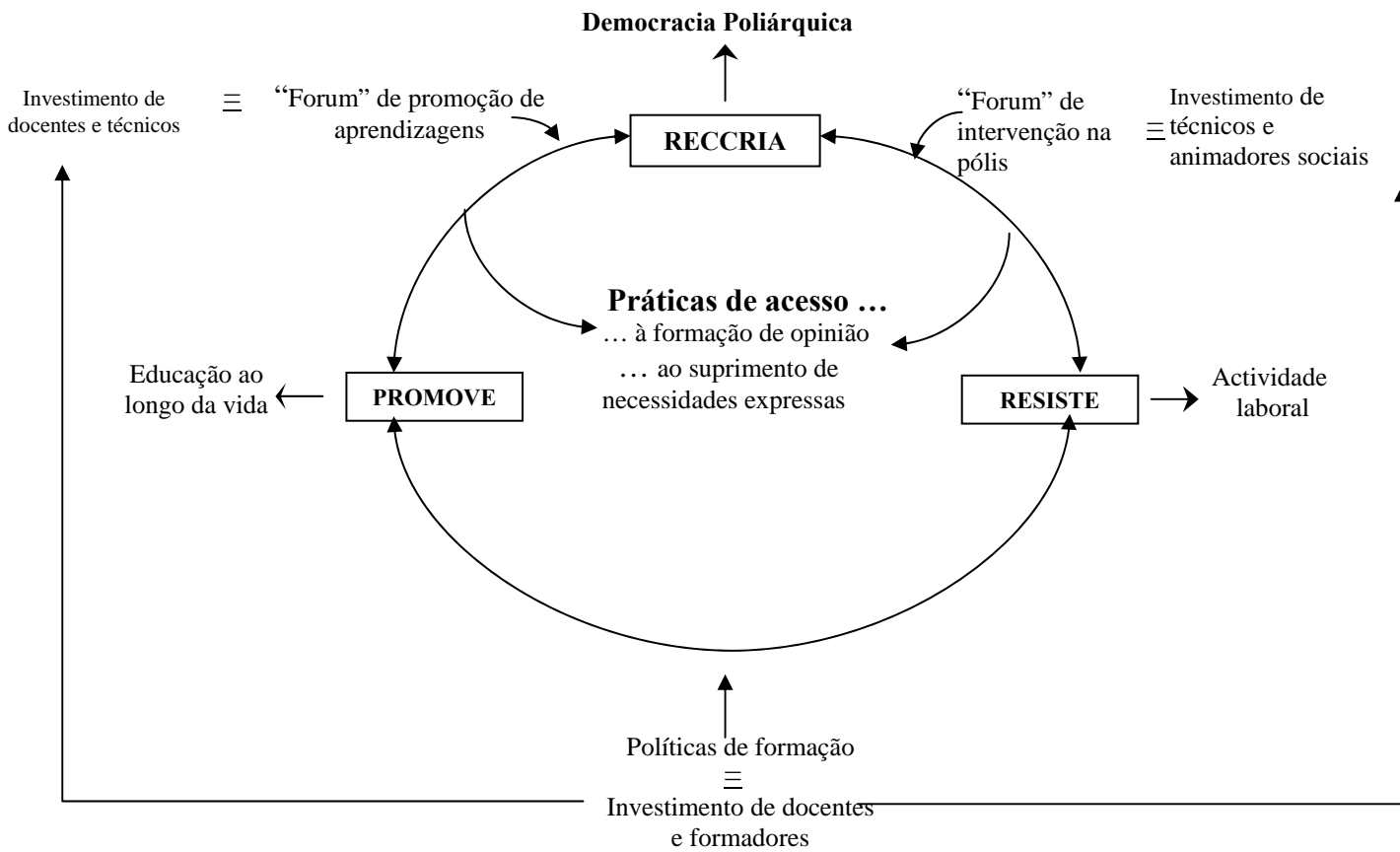
Observatório integrado da cidadania

Acerca do observatório de cidadania poliárquica

Na presente página identificam-se as valências do instrumento fundamental de uma política pública fundada na generalização do empowerment. A integração das entradas a partir dos observatórios locais, em bases de dados e de conhecimento fundadas para a captação e desenvolvimento dinâmico das iniciativas da rede de cidadania, apela à habilitação de competências reunidas em sede neutral, mas abertas ao conhecimento das estruturas que se interessem pelos assuntos em carteira, desde as do Aparelho de Estado ao Parlamento.

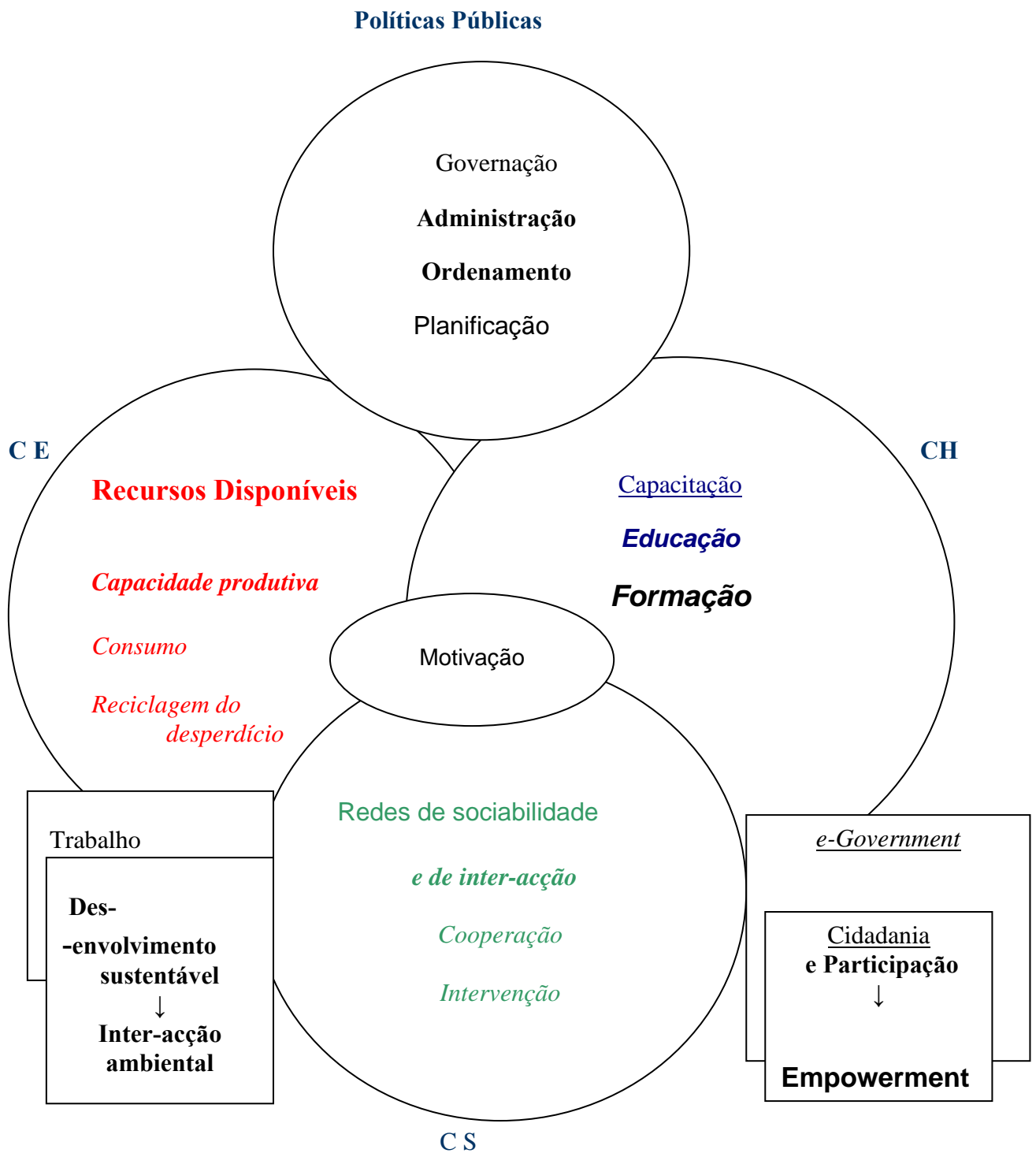
A neutralidade que se pretende para a gestão do Observatório passará por sediar este nas instalações de perfil técnico da Assembleia da República, onde se gera o ambiente sistémico da concepção das políticas do país que à governação incumbem, sem se deixar de reconhecer aos Governos as competências próprias para a definir e desenvolver, na relação com os seus programas e com as iniciativas cidadãs.

Anexo 4



- Modelo de Interação de valências dum sítio de cidadania

(Cf. O Direito à Cidadania na Sociedade do Conhecimento, VII Congresso CLAD)



As políticas públicas e sociais na articulação dos tipos de capitais investidos no Desenvolvimento Integral

*sendo: C – Capital *; E – económico; H – humano e S – social*

Cf. A Cidadania na Estratégia de Desenvolvimento do Capital Social, idem, IX Congresso CLAD

PORTEFÓLIO
EMERGENTE D DA EXPERIÊNCIA PILOTO EM CURSO

(JAN_JUNHO 2008)

Anexo 6

Manual das páginas de abertura do Observatório do Cidadão

Anexo 7

Projecto de Constituição de uma Bolsa Autárquica de Recursos de Mediação

Anexo 6

**Manual das páginas de abertura do Observatório do
Cidadão**

CFCUL
Equipa Cidadania & Sociedade do Conhecimento

**Manual de Abertura de Páginas
do Observatório do Cidadão**

(Documento de Apoio à reunião nos Paços do Concelho da
Câmara Municipal do Montijo)

16.05.08

Estrutura do protótipo do OC

Home	Cidadania & Sociedade do Conhecimento	Sítio Local de Cidadania	Observatório Local do Cidadão	Grupos Alvo? Relações	Recursos
1	2	3	4	5	6

Advert 1

(Subdomínio Glossário)

Advert 2

(Subdomínio C&SC)

Acerca do Website

Do princípio da realidade ao da possibilidade...

Este *website* está construído como conjunto de plataformas cujo desenvolvimento se fará à medida da implementação do [projecto de investigação](#) que lhe subjaz. Nele se pretende generalizar o acesso ao tema da cidadania social e ao referido projecto de a configurar enquanto activa e inclusiva, com base no universo das políticas públicas e sociais indispensáveis à emergência de um [desenvolvimento sustentável](#) que tenha por base o desenvolvimento humano incidente nas diversas comunidades que se congregam no território que habitam, bem como no território *web* que constitui o horizonte global das suas paisagens

Nesta perspectiva, o *website* faz parte do conjunto de [recursos](#) implicados no questionamento de uma tal possibilidade, a partir do conhecimento da realidade circunscrita num território preciso. Nas [plataformas independentes](#) de suporte [às](#) várias vertentes desse questionamento, pretende-se acolher, estimular e analisar os percursos da [cidadania social](#), cujo domínio se desenvolverá em interacção iterativa com as possibilidades em aberto nos domínios **fórum c3s** e **learn c3s**, nos quais a cidadania se enlaça com a [coesão](#) e o [capital social](#)

Advert 3

(Domínio LEARN)

Advert 4

(Domínio Fórum)

Contacto	Arquivo	Blogger	Política de Conteúdo	Topo
--------------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------------------------	----------------------

Estrutura do protótipo do OC

Home	Cidadania Social	Sítio do Local de Cidadania	Observatório Local do Cidadão	Grupos Alvo? Relações	Recursos
1	2	3	4	5	6

Advert 1

(Subdomínio Glossário)

Advert 2

(Subdomínio C&SC)

Acerca da Política Pública de Promoção do *Empowerment* na Sociedade do Conhecimento

A generalização da [cidadania](#) recorre necessariamente ao investimento em [capital social](#) por parte das políticas públicas e sociais, situando-se as autarquias locais no estímulo motivador da sua articulação. Mas o modo de produção da cidadania activa e inclusiva que subjaz à [coesão social](#) é o do investimento na aprendizagem ao longo da vida, em formato adequado à sua banalização no território e ao recurso à investigação-formação-acção, para o enquadramento de praxis. O perfil da entidade incubadora de tais praxis encontra suporte no [domínio Learn c3s](#). para identificação do universo das políticas públicas e sociais indispensáveis à emergência do desenvolvimento sustentável e ao *empowerment*.

A articulação desta temática com a da Sociedade do Conhecimento reverte por seu turno, no domínio central, para o [subdomínio C&SC](#) que enquadra o Projecto na perspectiva dos desideratos da Sociedade do Conhecimento e na da relação entre as vertentes da Ciência e da Política, relação autosustentável no talvegue da Ética da *Res Publica*, que apela à participação dos destinatários através dos recursos inerentes ao [domínio Fórum c3s](#)

2.1. Conceitos-chave

2.2 Projecto

Abrangente

2.2.1. Universo de Referência

2.2.2. Entidade de Acolhimento

2.2.3. Entidade de Incubação

2.2.4 O Estado da Arte

Advert 3

(Domínio LEARN)

Advert 4

(Domínio Fórum)

Contacto	Arquivo	Blogger	Política de Conteúdo	! Topo
--------------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------------------------	------------------------

Estrutura do protótipo do OC

Home	Cidadania Social	Sítio Local de Cidadania	Observatório Local do Cidadão	Grupos Alvo Relações	Recursos
1	2	3	4	5	6

Advert 1

(Subdomínio Glossário)

Advert 2

(Subdomínio C&SC)

Acerca do sítio e da rede de base territorial

Na presente página remete-se o acervo de documentos das páginas antecedentes para enquadramento do [modelo e do modo de funcionamento dum sítio de cidadania social](#), enquanto promotor de *empowerment* e de inclusão que subjaz à coesão do tecido social.

Com as valências da capacitação para as práticas de participação autónoma na decisão, de promoção da educação/formação ao longo da vida e de habilitação para a empregabilidade e o empreendedorismo, cada sítio integrará a rede territorial de existências que o projecto for capaz de estimular nestas três dimensões junto das entidades com vocação promotora.

No horizonte da vertente da Ciência Política, o OC pode ser analisado no papel que se propõe desempenhar enquanto instrumento fundamental de uma política pública fundada na generalização do *empowerment*. A integração dos *outputs* do observatório local, em bases de dados e de conhecimento fundadas para a captação e desenvolvimento dinâmico das iniciativas da rede de cidadania, apela à habilitação de competências reunidas não só no sítio local de cidadania mas também nos destinos que lhes forem dados em sede neutral para ponderar o conhecimento produzido e as iniciativas assumidas em registo de *empowerment*.

A neutralidade que se pretende para a gestão dos assuntos gerados por tais *inputs* é compatível com a replicabilidade da experiência piloto que a entidade de incubação acolhe em qualquer ponto do território que perfilhe os seus desideratos. No horizonte da gestão de uma tal rede que se venha a constituir à escala do país estará a emergência de um Observatório da Cidadania sediado nas instalações de perfil técnico da Assembleia da República, onde se gera o ambiente sistémico da concepção das políticas que enquadram as que à governação incumbem, na relação com os seus programas e com as iniciativas cidadãs.

Advert 3

(Domínio LEARN)

Advert 4

(Domínio Fórum)

Contacto	Blogger	Arquivo	Política de Conteúdo	! Topo
--------------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------------------------	------------------------

Estrutura do protótipo do OC

Home	Cidadania & Sociedade do Conhecimento	Sítio do Local de Cidadania	Observatório Local do Cidadão	Grupos Alvo Relações	Recursos
1	2	3	4	5	6

Advert 1

(Subdomínio Glossário)

Advert 2

(Subdomínio C&SC)

Acerca do observatório local do cidadão

Na presente página identificam-se os fundamentos do instrumento fundamental do empowerment: o [observatório do cidadão](#), construído na interacção deste último com todo o acervo de informação reunido pela equipa do sítio. A esta compete centrar a prática do sítio na informação reunida, produzida e canalizada para o observatório, no decurso da actividade de formação, mediação e [animação sociocultural](#) e expressiva dos utentes. A cada um destes compete valorizar, em tal enquadramento, as dimensões significativas das [bases de dados](#) e de [conhecimento](#) para o desenvolvimento do seu próprio [know-how](#) e para a inter-acção com a comunidade, à medida que esta for manifestando o seu interesse pelos assuntos públicos e sociais.

A relevância do sítio dependerá da qualidade das interacções produzidas, das competências reunidas e da capacidade de iniciativa que ele for capaz de polarizar, quer nas relações internas quer com a [rede](#) em que estas se projectam.

No horizonte estará a possibilidade de integração dos *outputs* de observatórios locais que possam vir a replicar a experiência piloto desenvolvida em registo de incubação, em bases de dados e de conhecimento fundadas para a captação e desenvolvimento dinâmico das iniciativas emergentes da rede de sítios locais de cidadania, o que apela à habilitação de competências reunidas em sede neutral, compatíveis com a diversidade de perfis ideológicos que a qualquer escala convivam na ponderação das políticas públicas

À escala geral, a neutralidade que se pretende para a gestão de um Observatório integrador da rede de *inputs* provindos dos sítios locais de Cidadania passará assim por o sedear nas instalações de perfil técnico da Assembleia da República, onde se gera o ambiente sistémico da concepção das políticas do país que enquadram governação, na relação desta com o aparelho legal e com as iniciativas cidadãs.

Advert 3

(Domínio LEARN)

Advert 4

(Domínio Fórum)

Contacto	Blogger	Arquivo	Política de Conteúdo	! Topo
--------------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------------------------	------------------------

Estrutura do protótipo do OC

Home	Cidadania Social	Sítio do Local de Cidadania	Observatório Local do Cidadão	Grupos Alvo Relações	Recursos
1	2	3	4	5	6

Advert 1

(Subdomínio Glossário)

Advert 2

(Subdomínio C&SC)

Acerca dos Grupo-Alvo

Na presente página, remetemos para os objectivos de quem pretenda aceder ao Observatório. Os objectivos são tão diferenciados quantos os perfis do público web interessado em percorrer os caminhos propostos. Assim, na situação geral, pretender-se-á obter e discutir a informação sobre os conteúdos das páginas, na senda da articulação a sites temáticos afins. Noutros casos, porém, pretender-se-á também seguir o percurso da sua exploração e noutros ainda que este sirva o envolvimento do pesquisador nos meios de mediar a prossecução dos objectivos, quer do lado da aposta na cidadania, enquanto bem público, quer do lado da sua procura, enquanto projecto de vida. O critério de público não suporta porém, dada a espontaneidade da procura que lhe é implícita, o questionamento da Sociedade do Conhecimento a partir da universalização das [praxis](#) de cidadania. O Observatório assume uma tal universalização como desafio, diferenciando as actividades propostas e desenvolvidas consoante os grupos-alvo emergentes dos diferentes segmentos do público web polarizados em dois perfis-tipos : o de usuário tradicionalmente inserido no convívio com a web e o usuário susceptível de nela vir a ser inserido, através da aprendizagem do modo como se constrói a relação autosustentada entre a tríade Cidadania/capital/coesão de natureza social, com passagem pelo território web e pelas potencialidades que esta faculta.

Nessa aprendizagem é fulcral o envolvimento dos recursos facultados pelo Observatório, incluindo os da mediação suportada pela entidade de incubação, por cujo intermédio se aduz, aos grupos-alvo finais do Projecto, o grupo alvo implicado na aprendizagem do papel que lhe cabe nessa mediação e no controle das relações emergentes das redes institucionais e sociais em que se constrói a [cidadania activa e inclusiva](#).

Advert 3

(Domínio LEARN)

Advert 4

(Domínio Fórum)

Contacto	Blogger	Arquivo	Política de Conteúdo	! Topo
--------------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------------------------	------------------------

Estrutura do protótipo do OC

Home	Cidadania & Sociedade do Conhecimento	Sítio do Local de Cidadania	Observatório Local do Cidadão	Grupos Alvo Relações	Recursos
1	2	3	4	5	6

Advert 1

(Subdomínio Glossário)

Advert 2

(Subdomínio C&SC)

Acerca dos Recursos

Fulcrais para que o Observatório assuma os desideratos da universalização a que se propõe, os Recursos são mobilizados pela Parceria constituída pela Equipa de Investigação do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade e Lisboa e pela Câmara Municipal de Montijo, assumida enquanto entidade de incubação da experiência-piloto em curso, tendo por móbil a construção de um exploratório que permita ponderar e identificar os contornos da sua replicabilidade.

Convivem pois nessa aliança os recursos científicos e tecnológicos mobilizados pela equipa e os recursos materiais e humanos financeiramente aduzidos pela Autarquia. A Plataforma do Website disponibiliza nos seis domínios em que se organiza os recursos tecnológicos implícitos à dinamização das relações entre os Grupo-alvo e os Acervos Documental e Informacional, constituídos pelos Argumentários dirigidos à ponderação e desenvolvimento interactivo com os Grupos alvo e as Comunidades que, no decurso e a montante da experiência, intervêm no seu questionamento e afeiçoamento, com *outputs* registados nas Bases de Dados e de Conhecimento emergentes.

Na transformação dos recursos humanos envolvidos na mediação proporcionada pelo OC em destinatários da construção de um perfil funcional diferenciado no âmbito da própria Autarquia reside um dos objectivos fulcrais do Projecto: a demonstração de como as políticas públicas podem ser utilizadas para o desenvolvimento de novos perfis de recursos humanos ajustados à Sociedade do Conhecimento, desde que aquelas sejam majoradas nessa perspectiva.

Advert 3

(Domínio LEARN)

Advert 4

(Domínio Fórum)

Glossário

Assumindo a definição canónica de Glossário, enquanto Dicionário em que se dá a explicação de palavras pouco conhecidas ou de sentido obscuro” (cf. [MACHADO, 1991](#)), a presente página apresenta conjuntamente com a definição sucinta de cada vocábulo seleccionado, uma nota assinada pelo membro da equipa que o especifica na relação com os Conteúdos do Observatório.

O método de apropriação do vocábulo por parte do Observador é semelhante ao proporcionado pelo [wikidicionário](#) e assume-se no âmbito da política de abertura explícita nesta Ferramenta de Trabalho da Wikipédia. No caso do Observatório, a porta de entrada para propostas de ponderação do vocábulo ou da sua especificação na nota contextualizadora que o acompanha funda-se no princípio da aprendizagem interactiva que encontrará no subdomínio [Fórum](#) e nas suas regras de utilização a interface entre a proposta do Observatório e as dos seus Observadores, cabendo o acompanhamento e a ponderação do processo ao autor da Nota que o desencadeou, introduzindo e problematizando o resultado da interacção na [Base de Conhecimento](#) integrante do Observatório.

Anexo 7

**Projecto de Constituição de uma Bolsa Autárquica de
Recursos de Mediação**

Projecto de Constituição de uma Bolsa Autárquica De Recursos de Mediação

Capítulo I

FORMAÇÃO DE UMA BOLSA DE RECURSOS HUMANOS PREVISTA NO PROTOCOLO CFCUL/CMM

I-NOTAS SOBRE AS CANDIDATURAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, E NOMEADAMENTE DA CMM, AO POPH

1. A candidatura da CMM poderá configurar apenas os cursos previstos no âmbito do projecto de parceria c/ a CFCUL (fig.1) ou integrar um conjunto de outras áreas num plano de formação de maior abrangência. Ao contrário do que sucedia no Programa FORAL, as candidaturas no âmbito do QREN, e especificamente esta, não estarão abertas todo o ano o que significa que a CM só tem oportunidade de apresentar uma candidatura anual num prazo de facto muito restrito (este ano, depois do alargamento do prazo, a candidatura termina já a 14 de Março).
2. A candidatura a outros cursos noutras áreas de formação não implica que a CM tenha já adjudicado essa formação a entidades formadoras em concreto. Ou seja, o formulário de candidatura on-line (SIIFSE) não exige, à priori, a indicação dessas entidades. Porém, convém que haja **um plano de formação minimamente definido (áreas de formação, valor-hora dos formadores, n.º de formandos previstos, horas de formação por Curso e por acção, volumes de formação, ...)**. Sublinhe-se que o QREN-POPH privilegia a formação em áreas determinadas e claramente referenciadas no regulamento específico da tipologia 9.3 – **Qualificação Profissional para a Administração pública central e Local**.
3. No caso concreto das acções de formação a realizar no âmbito do projecto de parceria com a CFCUL, podemos já adiantar que são elegíveis porque enquadram até em várias alíneas do regulamento específico. Sublinharia do art. 4.º:

Alínea e) “Acções de formação com vista à adaptação a novas funções, à mobilidade funcional e/ou desenvolvimento profissional dos trabalhadores”

Alínea l) “Modalidades de formação-acção adaptadas às especificidades organizativas da administração local, tendo em vista a organização da formação orientada apra a produção das competências profissionais intrinsecamente associadas a processos de modernização e de desenvolvimento organizacional”

4.No sector da administração pública local a apreciação e selecção de candidaturas terá em conta vários critérios incidentes numa proposta de formação por parte da CMM, na base do Protocolo estabelecido com o CFCUL (fig.1) , designadamente os seguintes:

- Enquadramento na área da “Gestão do Conhecimento”
- Integração em acções que claramente se organizam com base em modelos inovadores de formação
- Correspondência a um projecto formativo relevante em termos locais

5.Salienta-se que) no âmbito do Desp. Normativo 4-A/2008 (alínea e) do art.º 3.º), os “encargos directos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projectos” constituem custos elegíveis da candidatura.

6.É fundamental solicitar a palavra-chave de acesso ao sistema (SIIFSE)

7 - O Diploma de Custos que define as regras do financiamento FSE, relativamente aos valor-hora dos formadores define que o custo-hora máximo elegível para o nível 3 (correspondente o perfil de saída dos formandos - presumindo que, na sua maioria, tenham o equivalente ao 12.º ano) é de **30 €**. Este é o valor padrão, ou seja, o custo médio hora por formador no global do projecto. O mesmo diploma refere também que, individualmente considerado, pode ser elegível um custo superior, até 45 €/hora (para este nível 3). Assim sendo, no âmbito da candidatura, terá de se repartir equitativamente as horas leccionadas pelos 2 formadores: o mais caro e o mais barato para que a média corresponda então os 30€/hora.

8 Tendo em consideração o mesmo Diploma, havendo lugar na constituição da equipa de formadores a um Consultor do projecto ,o valor-hora padrão (médio) elegível é superior: de 65€/hora ou 250 €/dia sendo que pontualmente poderá ir até aos 97,5€/hora (mais 50%)

9 - Nas áreas de formação será necessário indicar os códigos conforme Port. 256/2005, ou seja (sugestão):

140 - Educação (programa transversal)

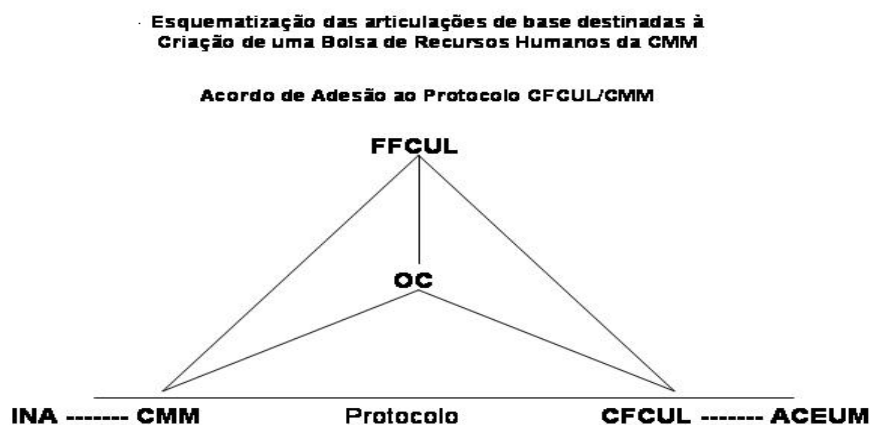
850 - Protecção do Ambiente

760 - Serviços sociais (programa transversal)

II ALTERNATIVAS DESTINADAS À OBSERVÂNCIA DO PROTOCOLO CFCUL/CMM

O presente documento cumpre o desígnio de darmos sequência ao Protocolo CFCUL /CMM relativamente à constituição de uma bolsa de Recursos Humanos da própria CMM para apoio às praxis destinadas a rentabilizar eficazmente a utilização do Observatório pelos grupos-alvo a que se destinam. Em primeira linha, haverá que proporcionar à CMM **as variáveis que permitam especificar com destino ao preenchimento do Formulário do SIIFSE**, o Programa previamente apresentado pela Investigadora Tereza Ventura, situando-as na sequência do **argumentário de fundamentação e de identificação das decorrentes linhas de força**. Se se verificar resistência por parte da burocracia de Estado a financiar um programa inovador que por tal motivo não passe pelo crivo de uma grelha de critérios adequados a regras de jogo já previamente testadas, o caminho a seguir será o de adoptar após a apresentação da Candidatura em 2008, um Plano de contingência compaginável com a perspectiva de vir a

confrontar o POPH com uma nova Candidatura no Concurso do próximo ano, dispondo já então das mais valias decorrentes do investimento no Plano de Contingência da iniciativa da CMM do método experimental inerente ao Projecto do Observatório do Cidadão, explicitando então no Formulário de uma nova Candidatura ao POPH, as dimensões do posterior desenvolvimento do Plano de Contingência



Desenvolvimento da rede de ligações inerentes à criação e lançamento do Observatório do Cidadão (OC), institucionalmente suportado na base do Protocolo entre o CFCUL e a CMM e das respectivas ligações à ACEUM e ao INA, para efeitos de incremento do Potencial Humano adstrito às funções de mediação entre a oferta e a procura dos serviços proporcionados pelo OC aos seus grupos-alvo

Ou seja, é indispensável preparar simultaneamente a CMM para a apresentação da sua Candidatura ao SIIFSE, como modo de habilitação aos recursos financeiros disponíveis pela via do POPH para subvencionar o Programa de constituição da bolsa de recursos humanos adequada ao Projecto do Observatório, por um lado, e, por outro, para a necessidade de arcar desde já com o seu próprio Plano de Contingência, na base do Programa de Formação que permita avançar para o terreno das práticas discutidas nas reuniões de 4 de Dezembro, 24 de Janeiro e 29 de Fevereiro.

Na perspectiva do Plano de Contingência deverá priorizar-se a preparação do segmento de topo (o dos formadores), de forma a que a UM, nos termos da Parceria subscrita com o CFCUL detalhe por seu lado o programa de formação de mediadores, na perspectiva de que este o proponha, depois de avaliado, à consideração da FFCUL por via directa da Adesão ao novo Protocolo, ou pela via de concurso à FCT.

Na perspectiva da apresentação da Candidatura ao POPH deverão satisfazer-se prioritariamente as questões referentes variáveis de especificação do Programa, com destino ao preenchimento do formulário

É esta a alternativa cujo estudo priorizamos no sentido de sustentar a iniciativa da CMM à apresentação da Candidatura através do SIIFSE até à data limite de 14 de Março, tendo em atenção a formação facultada nas notas introdutórias e no desenvolvimento prévio que seguidamente elencamos nos capítulos seguintes.

Na perspectiva da apresentação da Candidatura ao [SIIFSE](#), deverão satisfazer-se prioritariamente as questões referentes variáveis de especificação do Programa, com destino ao preenchimento do formulário

Capítulo II

VARIÁVEIS DE ESPECIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE UMA BOLSA AUTÁRQUICA DE RECURSOS DE MEDIAÇÃO

Questões colocadas pela Autarquia

Áreas de formação
valor-hora dos formadores,
n.º de formandos previstos;
horas de formação por Curso e por acção
volumes de formação,

Questões Abrangidas por Especialista Consultada

Custo Hora Professor (presencial):

Doutorado ou Especialista 75 euros + IVA
Mestres 50 euros + IVA
Licenciados 45+ IVA

Apoio aos alunos, em regime de *e-learning*, por Licenciados 25 euros + IVA

Coordenação 15% do total de horas x preço hora do Coordenador (Doutorado ou Especialista)

Material de apoio - 20% do total

O nº de horas constante da proposta de curso corresponde a 27 horas presenciais, 103 horas *e-learning*, incluindo 9 em videoconferência e 130 horas de trabalho individual

Cada turma poderá ter 10/12 alunos (tendo em conta o tempo limitado da formação presencial, que exige assim um máximo de atenção a cada aluno).

Orientação para a Proposta de Orçamento

A proposta de Orçamento baseia-se na Proposta de Curso que integra o documento apresentado à CMM em 29 de Fevereiro e a combinação das variáveis de custo deverá atender aos seguintes parâmetros:

As áreas de Formação que se destinam basicamente a habilitar os formandos para a mediação nas áreas educação & cidadania, solidariedade & segurança e do ambiente & qualidade de vida, serão identificadas no Formulário pelos códigos e identificação conformes com a [Portaria. 256/2005](#), ou sejam:

140 – Educação (programa transversal)
760 – Serviços sociais (programa transversal)
850 – Protecção do Ambiente

A duração do curso abrange 6 meses de formação presencial distribuída pelos anos de 2008 e 2009, transversalmente integradas nas duas componentes: presencial e elearning, implicando 5 unidades didácticas, em horário e agenda articulados com a componente elearning da formação, cujo acompanhamento poderá ser, por seu turno, da responsabilidade directa de Especialista da Equipa do Observatório ao longo de todo o Curso, assessorada por Consultor responsável pela Coordenação e pelas videoconferências.

Volume de formação: Cada turma, de 10/12 formandos, terá um volume de formação de 260 horas/formando, distribuídas maioritariamente por autoformação de funcionários (130 horas de trabalho individual) + 130 de formação presencial e trabalho assistido por consultoria e-learning¹

Custos hora de heteroformação presencial, compagináveis com os parâmetros de custos supracitados: 27 horas calculáveis na base de 1 mestre responsável por formação em turma (50 Euros) +103 horas de licenciado em apoio aos formandos em autoformação (25 Euros). Total no programa = 3925 euros

Custo hora da Consultoria para Implementação em e-learning do Programa, assumida por Especialista versado no Programa de Formação de Mediadores do Trabalho Colaborativo (75 euros) em montante acrescido na base 15% do total de horas dispendidas em formação, nomeadamente com recurso a videoconferência (0,15x260x 75euros). Total no programa = 2925 euros

Montante de Horas do Plano de Formação – 260 horas (Cf. Programa de distribuição das Unidades Didácticas anexo²)

Estimativa agregada de custos implicados na aquisição dos serviços a formadores:

6850 euros+IVA para 1 turmas (10/12 formandos) ou 11500 euros+IVA para 2 turmas (20 formandos)

¹ Para uma turma de 10 alunos, o **volume de formação será de 2600 horas** (1 turma x 10 formandos x 260 horas) distribuído por 2 anos

² Cf. pp.28-35 do Doc. Formação de Mediadores do Trabalho Colaborativo _ A Equipa Local C&SC entregue em 29 de Fevereiro

Orientação complementar referente ao formulário

Na questão do “**Diagnóstico de necessidades é relevante**” o facto de este projecto formativo decorrer da própria óptica da Autarquia que detecta necessidades de formação nas áreas indicadas na candidatura por ter identificado que o desempenho de alguns funcionários carecem de ajustar o seu perfil de competências às exigências funcionais do seu posto de trabalho nas circunstâncias decorrentes da opção autárquica de constituir um sítio local de cidadania activa e inclusiva, com activo envolvimento dos seus recursos humanos.

Deste modo, a Autarquia assume a necessidade de reverter e/ou qualificar profissionalmente um montante adequado de funcionários compatível com as competências funcionais do Executivo, assegurando-lhes certificação que premeie o seu desenvolvimento profissional e crie condições para uma mobilidade funcional adequada ao seu desenvolvimento pessoal e social

I Quanto a n.º de formadores e horas de monitoragem afectas a cada um identificando as que são em sala e as que são em contexto de trabalho) :

O Programa é de 130 horas de trabalho individual em contexto de trabalho + 130 de formação presencial e trabalho assistido por consultoria e-learning e envolve:

1 mestre responsável por 27 horas de formação em turma (50 Euros) + 1 licenciado em apoio aos formandos em autoformação (25 Euros).

Total no programa = 3925 euros

Consultoria para Implementação em e-learning do Programa, assumida por Especialista versado no Programa de Formação de Mediadores do Trabalho Colaborativo (75 euros) em montante acrescido na base 15% do total de horas dispendidas em formação, nomeadamente com recurso a videoconferência (0,15x260x 75euros).

Total no programa = 2925 euros

Total do Programa: 6850 euros+IVA para 1 turma (10/12 formandos) ou 11500 euros+IVA para 2 turmas (20 formandos) - opção preferencial

Capítulo III

REFERÊNCIAS QUALITATIVAS DO PROGRAMA

- **Resumo das características mais relevantes do projecto**

A formação assenta na perspectiva do trabalho colaborativo destinado à habilitação de funcionários da Autarquia enquanto Trabalhadores do Conhecimento, remetendo para temas e conteúdos fundamentados na Agenda de Finalidades do Observatório do Cidadão, no âmbito da metodologia de “aprender fazendo” inerente aos Protocolos metodológicos da Investigação_ Formação_ Acção com eixo na interacção teoria / prática ao longo de todo o seu percurso e tendo por output a validação dos conteúdos da aprendizagem e a certificação das competências adquiridas.

Os conteúdos materiais da aprendizagem nas modalidades de formação presencial e à distância (elearning), com agendas em interconexão programada, serão facultados através do Centro de Recursos integrado na Plataforma Learn, domínio específico do Observatório, implicando que o formando assegure a sua aprendizagem na interface com a mediação que presta ao usuário final do sistema.

- **Diagnóstico de necessidades (identificação das necessidades de formação nos seus aspectos qualitativos e quantitativos): máx. 1500 caracteres**

Este projecto formativo decorre de necessidades de formação nas áreas indicadas na candidatura, dado que a Câmara carece de uma bolsa de funcionários com perfis de competências ajustados às exigências funcionais dos postos de trabalho decorrentes da opção autárquica de constituir no Concelho um sítio de cidadania activa e inclusiva, com activo envolvimento dos seus recursos humanos em funções de mediação.

O output desta formação traduz-se na constituição de uma bolsa de mediadores habilitados a habilitar os cidadãos destinatários do referido Observatório a usufruírem de todas as funções que este pretende cumprir na relação autosustentada com os seus grupos alvo finais

Grupo 1 -destinatário de infortegração interactiva com as praxis sociais apoiadas pela lógica da I&D especificada na metodologia que percorre todo o percurso formativo nas vertentes inerentes ao Projecto de articulação da Cidadania à Sociedade do Conhecimento.

Grupo 2 -destinatário de incentivo ao desenvolvimento interactivo dos saberes de que se é detentor na relação autosustentada com os conteúdos acessíveis através do Portal do Observatório e seus domínios abrangentes, comportando Bases de Dados e de Conhecimento apoiadas em arquivos dinâmicos potenciadores da evolução do sistema

A formação da Bolsa dos Trabalhadores do Conhecimento é simultaneamente assumida pela Autarquia como propicia a disponibilização da qualificação de nível III do sistema SNPC aos seus activos que do facto possam extrair mais valias de desenvolvimento pessoal, razão pela qual estes constituem também à partida um Grupo alvo do Observatório (Grupo 0, pelo carácter de intermediário da relação do Projecto com os restantes grupos-alvo)

- **O projecto irá integrar a dimensão Igualdade do Género? Se sim, descrever no máx. em 800 caract.**

A integração desta valência no Projecto far-se-á através da sua avocação à Narrativa da Cidade, dimensão fulcral do Observatório, através do acompanhamento do Plano Local para a Igualdade no âmbito de aprendizagem integrada no âmbito dos Pressupostos globais do Programa de Formação. O conteúdo específico abrangido por este centrar-se-á no modo como a Narrativa institucional da CMM neste domínio se liga aos modos de educação para a Cidadania em processo de desenvolvimento na rede educacional do Concelho.

- **O projecto integra a dimensão Igualdade de Oportunidades? Se sim, descrever no máx. em 800 caract.**

Sem prejuízo da universalização dos conteúdos on line, as práticas no terreno com destino à acessibilidade apoiada pela mediação ao longo do processo formativo em causa, privilegiam a relação com o Grupo 1 dos infoexcluídos de modo a que este se habilite a usufruir das potencialidades que o Observatório do Cidadão desempenha no âmbito do sítio local de Cidadania e do modo da sua implementação inerente às vertentes do modelo do Sítio de Cidadania social que o abrange e que se pretende constituir no enlace da cidadania à coesão e ao capital social Enquanto formandos, os mediadores terão de ser orientados nas aquisição de competências para assumirem funções que apoiem a acessibilidade dos cidadãos deste Grupo 1 a cada uma das referidas vertentes do modelo, que são respectivamente o empowerment, a promoção das próprias aprendizagens ao longo da vida e a relação com o sistema local de trabalho, emprego e empreendedorismo

- **O projecto integra factores de inovação social que o distinguem de outros com características semelhante? Se sim, descrever/indicar as intensidades dessa inovação relativamente a “processo” aos “objectivos” e ao “contexto”. E descrever no máx. em 800 caract.**

Sim porque será a rede das autarquias locais do Concelho que suportará o acesso inicial dos cidadãos do Grupo1 ao instrumental básico da web e o encaminhamento das suas expectativas em matéria de histórias e projectos de vida adequado à preservação e dinamização da memória social e ao provimento da base de conhecimento do Observatório; o incentivo à gestação e gestão de um banco do tempo adequado à permuta de disponibilidades de tempo dos cidadãos no âmbito de dinâmicas mutualistas de inter-ajuda e na facilitação do acesso à informação disponibilizada pelo Observatório através de grelhas de ponderação adequada à avaliação comparada das alternativas de intervenção no quotidiano e no território.

Os outputs desta relação autosustentada entre investigadores-formadores, formandos –mediadores e cidadãos- usuários, serão sistematicamente integrados no Observatório nos ícons da Base de Dados, Base de Conhecimentos e Narrativa da Cidade.

- **Descrição no máx. em 800 caract. acerca da forma como será realizado o acompanhamento do projecto**

As unidades didácticas e a sua duração, especificadas em termos de objectivos, conteúdos, metodologia específica e modulação ³ do Curso de Formação de Mediadores de trabalho colaborativo, integra num percurso iterativo a assimilação das 4 grandes componentes da tipologia sociológica dos saberes – o saber ser, o saber estar, o saber fazer e o saber aprender. A análise do universo das entidades susceptíveis de assegurarem o desafio na sua integralidade aconselha a que se opte pela ACEUM, por ser depositária do Know-how a que recorre a investigadora responsável pelo provimento da Plataforma Learn do Observatório e do seu Programa fundador, resultando por isso numa economia de escala do conjunto de actividades específicas ao desenvolvimento do Observatório, cujos conteúdos serão validados no decurso formativo com intervenção directa da rede autárquica do Concelho constituída por 8 freguesias e pela Autarquia Municipal .

- **Acompanhamento pós-formação. Assinalar com “x” as acções de acompanhamento previstas (inquéritos, divulgação de outras acções, realização de seminários, contacto telefónico ou outros a especificar)**

Inquéritos, X

Divulgação de outras acções X

Realização de seminários X

Contacto telefónico X

³ pp. 28-35

Outros a especificar : *Plano de replicação de resultados a apresentar junto das instâncias apropriadas do universo Ciência, Ética e Política abrangente do Projecto Cidadania & Sociedade do Conhecimento(sedado no Centro de Filosofia da Ciência da Universidade de Lisboa) que constitui a matriz teórica do Observatório do Cidadão*

- **Avaliação dos resultados Assinalar quais das seguintes: da qualidade do processo formativo, da aprendizagem, da transferência de aprendizagens, da melhoria da qualidade do emprego ou outros a especificar.**

Qualidade do processo formativo X

Qualidade da aprendizagem X

Qualidade da transferência de aprendizagens

Qualidade da melhoria da qualidade do emprego

Outros a especificar : *Validação académica do Programa elearning da formação.*

Capítulo IV

ORIENTAÇÃO PARA

O PLANO DE CONTINGÊNCIA

DA INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA DE CURTO PRAZO

Questionário da CMM referente ao Capítulo II do
Protocolo entre o CFCUL e a CMM

(Respostas da equipa do CFCUL)

1- Disponibilização de uma Bolsa de Recursos Humanos

- a) Qual o número mínimo de funcionários necessários ao bom desenvolvimento do projecto? 20

Qual a disponibilidade *recomendada* dos funcionários para integrarem o projecto?
Total, ainda que exercida em meio tempo diário.

- b) Quantas horas por dia/semana/mês – Tempo de afectação ao projecto

130 horas de formação individual em contexto de trabalho + 130 de formação presencial e trabalho assistido por consultoria e-learning em regime intensivo - e por isso compatível com a disponibilidade total que se recomenda, ainda que exercida em meio tempo diário.

- c) Qual a disponibilidade dos funcionários para receber formação? (quantas horas por dia/semana/mês)

Resposta que depende de informação prévia a facultar pela CMM sobre as suas próprias disponibilidades à partida

- c1) Quais as habilitações/categoria profissional dos funcionários necessárias para frequentar a formação?

9º ano como formação mínima, correspondendo a funcionário administrativo ou a técnico auxiliar com nível funcional equivalente

- d) Existe a possibilidade da autarquia contratar colaboradores externos e afectá-los ao projecto? Se sim, estes têm possibilidade de frequentar a formação?

Sim, desde que, em presença do conjunto de funcionários apresentados como disponíveis, a equipa de selecção identificar possíveis inviabilidades que se prendam com a ausência de sintonia de alguns candidato com os objectivos e métodos que lhe forem propostos. A ser assim, o que se recomenda é que o perfil do(s) colaborador(es) a contratar seja ponderado pela equipa de projecto, em função de um curriculum compatível com a possibilidade da aquisição se situar a um nível gerador de mais valias para a bolsa de recursos humanos em formação, de acordo com o processo recomendado no ponto 4

e) Quais as funções específicas de cada funcionário envolvido no projecto?

Mediação centrada na formação em contexto de trabalho, com base nas metodologias de Apropriação dos conteúdos fulcrais do Projecto e dos Métodos de Mediação, os quais constituem os conteúdos básicos das paxis que serão operacionalizadas na relação dos formandos com os Grupos alvo finais do Observatório

2- Instalações e equipamentos

a) Quantos gabinetes são necessários para o desenvolvimento do projecto?

a1) 1 gabinete por grupo alvo do Projecto, ambos localizáveis de acordo com as disponibilidades da Autarquia, previsivelmente:

a1.1) 1 gabinete no Esteval, comportando 8 espaços diferenciados para o Grupo-1 +1 Espaço destinado a Arquivo e a reunião de Formandos;

a1.2) 1 gabinete na Quinta do Saldanha comportando 2 espaços diferenciados: 1 espaço para o Grupo2 + 1 espaço suplementar para a Formação da Bolsa de Recursos Humanos, assumida entretanto como Grupo 0 do Observatório, na medida em que, não sendo grupo-alvo final do mesmo, não deixa de se constituir como grupo destinatário das possibilidades criadas pelo Observatório para a qualificação profissional que virá a ser certificada em sede própria.

a2) Além destes 2 gabinetes comportando os 11 espaços diferenciados acima referidos deverá ser cativoado espaço em cada freguesia para a instalação de um quiosque electrónico destinado ao acolhimento primordial dos cidadãos infoexcluídos, preferencialmente na biblioteca de que a Autarquia dispuser na correspondente freguesia ou, na sua falta, na própria instalação da Junta.

b) Qual a dimensão de cada gabinete? (m² - aproximadamente) Resposta que depende das disponibilidades cadastrais cujo apuramento prévio pela CMM ainda não foi transmitido à equipa

c) Qual o número de salas por cada gabinete?

Em síntese, se reduzirmos a salas os espaços tipificados em a):

O Gabinete do Esteval deverá comportar: 8 +1 salas = tantas quantas as Freguesias de dispersão do Grupo-alvo 1 +1 Sala destinada ao funcionamento do Arquivo e à preparação das práticas de mediação pelos formandos na relação com os formadores

O Gabinete da Quinta do Saldanha deverá comportar 1 salão com amplitude adaptável a funções de sala de acolhimento indiferenciado do Grupo 2 + Sala destinada ao funcionamento do Gabinete destinado à programação e acompanhamento das actividades de desenvolvimento do Observatório na relação com as praxis sociais do Sítio Local de Cidadania (ou sejam: cidadania social, coesão social e capital social – donde a designação de Gabinete C3S)

d) Qual o equipamento necessário em cada gabinete e em cada sala? (Computadores, secretárias e afins...)

No Esteval - 1 computador por espaço/sala perfazendo 9, providos de banda larga na ligação à Internet

Na Quinta do Saldanha - 1 computador nas mesmas circunstâncias, instalado no espaço/sala de acolhimento do Grupo Alvo 2 + 4 computadores nas mesmas circunstâncias destinados ao provimento do Gabinete C3s, para instalação dos 4 elementos técnicos requalificados para as respectivas funções a partir de activos municipais ou, na sua falta, de contratados preferencialmente pela via de requisição ao IEFP.

e) Qual a função de cada gabinete? Cf. descrito em c):

e1) O Gabinete do Esteval destina-se a 2 funções:

e1.1.) Acolhimento Intensivo do Grupo alvo 1 no universo das práticas do Observatório

e1. 2) -Formação de Mediadores na sala que lhes é destinada

e2) O Gabinete do Saldanha destina-se também a 2 funções:

e2.1) Acolhimento aleatório do Grupo alvo 2, integrado por usuários habituais da net através dos recursos próprios, além dos cidadãos de quaisquer dos grupos alvo que pretendam usá-lo em sintonia com outras funções propiciadas pela espaço em questão (desde a UTAD ao Centro de Saberes e ao Espaço Internet)

e2.2.) Instalação do Gabinete c3s funcionalmente responsável pela prossecução das praxis sociais do Sítio Local de Cidadania, designadamente nos vectores de Banco do Tempo, Empreendedorismo e Processos Participativos dos estudos de impacte dos planos e orçamentos com interferência no quotidiano, no ambiente e na gestão do território

e3) Quanto aos Quiosques Electrónicos descentralizados nas JF destinam-se à Promoção de Actividades ligadas à Narrativa da Cidade na relação com a produção da Memória social, facultando aos munícipes a oportunidade de se envolverem activa e reflexivamente na acessibilidade aos meios de gestão e tratamento da informação proporcionados pelo Observatório

f) Quais os recursos humanos afectos a cada gabinete?

Além dos recursos em formação, 1 secretária por gabinete com funções de gestão dos espaços/tempos de utilização do gabinete e das suas agendas de comunicação com os grupos alvo.

g) Qual o modo de funcionamento de cada gabinete? (horários de funcionamento e funções)

Tratando-se de instalar a formação em trabalho colaborativo dos formandos com os grupos-alvo do Observatório, através de actividades de mediação, a bolsa de funcionários deverá ter direito a uma gestão flexível devidamente consignada em portefólio acessível no seu local habitual de trabalho, sem prejuízo da auto-responsabilização de cada

formando perante as funções nucleares que ao gabinete cabem, ou sejam: gestão de Bases de Dados e de Conhecimento, provenientes da referida mediação

- h) Os gabinetes/salas poderão funcionar paralelamente com outros projectos? (exemplo Espaço Internet)

Sim, desde que o funcionamento seja potenciador de sinergias, o que implica que seja feita uma análise prévia das funções instaladas e a instalar, bem como os modos de desenvolvimento e os horários de funcionamento em questão, devendo excluir-se quaisquer hipóteses que redundem contra possíveis sinergias

3- Público-alvo

- a) Quais os destinatários do projecto nas suas várias vertentes?

As vertentes do Projecto a que o modelo e modo de funcionamento do Sítio Local de Cidadania serve de esteio são a cidadania social, o capital social e a coesão social e todos os grupos alvo são seus destinatários, devendo tais vertentes ser configuradas nas metodologias do trabalho colaborativo que a equipa de formação vier a implementar de acordo com o Programa que vier a ser contratualizado pela CMM com a entidade formadora e certificadora abrangida pela carteira de parcerias subscritas com o CFCUL e abrangidas pela adesão da FFCUL ao referido Protocolo

- b) Qual a estratégia para divulgar/sensibilizar o projecto ao público-alvo?

Faseada e implementada nos seguintes moldes:

1 - Apresentação prévia aos colectivos autárquicos municipais, incluindo as inerências das JF, do protótipo do OC e das regras de desenvolvimento da Formação, no âmbito da demonstração do modo como tem sido observado o Protocolo CMM/CFCUL unanimemente aprovado em reunião de Câmara de 24 de Setembro de 2007

2.-.Divulgação pública no âmbito do Centro de Saberes do Montijo e na imprensa local

3- Lançamento on line do Observatório e do Programa de Formação de Mediadores em Registo de Trabalho Colaborativo, implicando 50% da formação individual em contexto de trabalho

4- Gestão e tratamento de feedbacks e definição da carteira de responsabilidades mútuas dos administradores vs usuários do OC

- c) Quais as formas de aceder ao projecto?

Acesso on line coadjuvado presencialmente pela interacção do Grupo 0 com os Grupos 1 e 2

4- Formação

- a) Tendo em conta que não foi possível efectivar a candidatura ao QREN - POPH, qual o caminho a percorrer neste âmbito?

I Tendo em conta a possibilidade de um novo Concurso na área da Formação vir a ser lançado no próximo mês de Abril, haverá que ter em conta o normativo do novo Formulário para ajustamento daquele que esta equipa de I&D preparou para apoio da CMM à supracitada Candidatura.

Deverá ser assumida entretanto a possibilidade de se avançar desde já com a preparação de pelo menos uma das 2 turmas de mediadores previstas nas variáveis de operacionalização do correspondente Formulário , dado que:

a) não está suficientemente garantido que os prazos de abertura e prossecução do próximo Concurso de Formação-acção se compaginem com os referidos no Protocolo que institui a Parceria entre a CMM e o CFCUL, com vista à envolvente social maximizadora dos objectivos inerentes ao Observatório do Cidadão.

b) existe a possibilidade de se avançar de imediato para a implementação do Capítulo II do referido Protocolo firmado com o CFCUL, recorrendo à exploração das possibilidades mantidas em aberto pelo INA que se disponibiliza a fazer um protocolo com a CMM para garantir a formação e certificação de competências, recorrendo para isso à equipa de peritos formadores indicados pela equipa do CFCUL adstrita ao Observatório do Cidadão.

Esta modalidade garante o apoio do INA à CMM para formular a candidatura, precedendo-o do dimensionamento de custos que o acordo implica, incluindo os custos de uso da plataforma e-learning do INA. Dada a experiência que esta entidade detém em candidaturas desta natureza e a credibilidade da instituição é a proposta que recomendamos.

II A alternativa seria recorrer ao IEFP no âmbito do Programa Foral se este se mantivesse para financiamentos de projectos específicos, a que a CMM se poderia candidatar enquanto entidade que se “ocupa de grupos sociais com problemas específicos” como é o Grupo 1 do Projecto do Observatório. Nesta modalidade para a qual ainda remete o site do IEFP, “as candidaturas ao IEFP encontram-se abertas ao longo do ano e cada uma delas deverá ser formalizada 60 dias antes da data prevista para o início da acção de formação de mediadores, mediante entrega do formulário de candidatura no Centro de Emprego”

. Tendo em conta o disposto, a estratégia recomendada é portanto a da CMM recorrer desde já sequencialmente:

1º - ao accionamento pela CMM do Protocolo de Parceria com o CFCUL, com a Adenda de Adesão da CFCUL, invocando a rede de formação e-learning a que o referido Centro tem acesso pelas ligações entretanto estabelecidas com a ACEUM, como fundamento da adesão de um Protocolo da Câmara com o INA incidente na articulação destas 2 entidades no âmbito desta área específica da formação, implicando o desenvolvimento on line de um programa de um formação elearning de que a CMM será usuária

2º ao IFP para que, “através do Centro Nacional de Formação de Formadores, confirme a disponibilidade manifestada no seu site para que, em caso afirmativo, exerça a função orientadora e reguladora que lhe é inerente no âmbito da modalidade e do modelo de formação que lhe será apresentado no âmbito do Formulário, para ingresso da oferta de projecto de formação específica no Centro de Formação Profissional correspondente à Área de Lisboa.

Enquanto tal, o argumentário de suporte à candidatura ao IEFP, caso esta possibilidade se mantenha activa, invocará tratar-se duma candidatura no âmbito de uma “formação específica e integrada nas actividades desenvolvidas” pela CMM enquanto entidade responsável pela “

oferta faseada e individualizada” da formação em empowerment, “em função das necessidades e ritmos de aprendizagem dos formandos, incluindo uma componente sócio-educativa”.

Deste processo formativo integrado, salientar-se-á o recurso a modalidades de formação complementar que incluem diversas áreas de intervenção, com recurso posterior ao QREN, convergindo todas elas nos “Objectivos de

a) Promover o acesso à qualificação e à integração sócio-profissional de pessoas com desfavorecimento” resultante de “não possuírem a escolaridade obrigatória, incluindo as várias formas de literacia indispensáveis à plenitude da cidadania cognitiva, “encontrando-se em situação de marginalização” social,

b) Procurar “congregar, na solução dos problemas de emprego-formação”, o empreendedorismo e “as entidades do próprio meio”.

Sendo assim uma “formação profissional especial” a inserir em domínio próprio do Desenvolvimento Pessoal/ Relações Humanas/ Cidadania /Linguagens de Aprendizagem e de Comunicação, a formação colaborativa “distingue-se da formação profissional comum pelo facto de abranger não apenas aspectos de formação, mas também de inserção sócio-profissional” mediante reorientação de perfis de activos da Autarquias destinados a mediadores do Grupo-alvo 1 do Observatório do Cidadão constituído por “segmentos da população com maiores dificuldades” cognitivas, exigindo dos mediadores formação adequada à “resolução de problemas de integração” dos destinatários do Observatório nas mundividências actuais

Recomendações finais:

I Para o supracitado efeito expresso em I - Retomar o contacto com o INA suspenso desde 14.04.08, na perspectiva de encontrar uma solução implementável no curto prazo sem prejuízo de uma a futura candidatura ao QREN_POPH do plano integral da formação colaborativa previsto na preparação da Candidatura que veio a ser gorada em 16 de Março passado.

Para o efeito expresso em II Contactar o Centro de Emprego da área, para informações mais detalhadas sobre esta medida, designadamente nos aspectos que se enquadrenas suas competências